



Embargos de declaração na Apelação nº **0025445-27.2010.8.19.0208**

Embargante: **CLÁUDIO EDUARDO ALMEIDA MANNARINO**

Embargado: **ROMUALDO CESAR SIMÃO NAHAR**

Relator **Des. SÉRGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE LIMITADO À CORREÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO *DECISUM*. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA FEDERAL. ENFRENTAMENTO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES PARA O COMPLETO JULGAMENTO DA CAUSA. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS.**

Após examinada, relatada e discutida a matéria objeto da impugnação recursal, **ACORDAM** os Desembargadores que integram a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração.

A parte demandante, inconformada com a decisão proferida em sede de apelação, interpôs embargos declaratórios ao fundamento de ter havido omissão no *decisum*.

A simples leitura do acórdão embargado revela sua total clareza, não se vislumbrando a existência de omissão, contradição ou obscuridade, afastando, assim, o cabimento dos embargos de declaração.

Eis o teor do v. *decisum* embargado:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA (ART. 485, III, CPC). AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO (ART. 485, IV, CPC). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA TERMINATIVA. INÉRCIA DO AUTOR EM CUMPRIR DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL E EM APRESENTAR DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. DESÍDIA CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO.

### I. CASO EM EXAME

Trata-se de apelação interposta pela parte autora contra sentença que extinguiu a ação de usucapião, sem resolução do mérito, sob o fundamento de abandono da causa, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil.

### II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

Discute-se se a extinção do feito deveria ocorrer em razão de abandono da causa (art. 485, III, CPC) ou pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, CPC), diante da inércia do autor em cumprir reiteradas determinações de emenda da inicial e de juntada de documentos indispensáveis ao processamento da ação de usucapião.

### III. RAZÕES DE DECIDIR

De acordo com o art. 485, III e §1º, do CPC, a extinção do processo por abandono da causa exige a prévia intimação pessoal do autor para suprir a falta no prazo de cinco dias.

No entanto, a hipótese dos autos não caracteriza propriamente o abandono processual, mas sim a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, já que o autor não atendeu às exigências formuladas desde 2013, para regular emenda à inicial e juntada de documentos essenciais à identificação do imóvel e à qualificação das partes.

A ação de usucapião, por sua natureza declaratória e de cunho real, exige rigorosa observância aos requisitos do art. 319 do CPC e à documentação mínima necessária, como planta e memorial descritivo do imóvel, identificação e qualificação dos confinantes e certidões atualizadas.

Não tendo o autor, mesmo após diversas intimações e o decurso de mais de dez anos, apresentado a documentação exigida, não se formou adequadamente a relação processual, impossibilitando o regular desenvolvimento do feito.

Nessa situação, a extinção se impõe, mas com fundamento no art. 485, IV, do CPC, e não no inciso III do mesmo dispositivo.

De todo modo, a sentença terminativa deve ser mantida, pois a inércia do autor inviabiliza o prosseguimento do processo, e sua reiteração seria incompatível com os princípios da celeridade e da eficiência processual.

#### IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso conhecido e desprovido.

Mantém-se a sentença de extinção, com a adequação do fundamento legal para o art. 485, IV, do CPC.

Tese de julgamento

A ausência de cumprimento, pelo autor, das determinações judiciais de emenda à inicial e de apresentação de documentos indispensáveis à instrução da ação de usucapião configura ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando extinção sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC.

A desídia processual prolongada, ainda que não caracterize abandono formal, autoriza a extinção do feito, a fim de preservar a efetividade e a racionalidade da atividade jurisdicional.”

Não têm os embargos de declaração a eficácia infringente na amplitude desejada pela parte embargante.

A propósito:

**“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Não existe erro material no acórdão recorrido, mas descontentamento da parte com o resultado do julgamento. Conforme dito, o Tribunal gaúcho, quando do exame do recurso de Apelação, assentou que "a matéria trazida a lume diz respeito a reestruturação administrativa do Instituto réu e a consequente equiparação, ou não, das funções de Chefe de Serviço (FGP-V) e de Coordenador (FG-10)".

2. Dessa forma, depreende-se que o Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.419.969/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell, utilizado como paradigma, julgou questão distinta: paridade dos servidores ativos e inativos. Portanto, feito o distinguishing dos pontos controversos, fica demonstrado que os contextos fáticos cotejados nos acórdãos são distintos.

3. Ademais, não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

4. Ademais, cumpre salientar que, ao contrário do que afirmam os embargantes, não há omissão no decisum embargado. Suas alegações denotam o intuito de rediscutir o mérito do julgado, e não o de solucionar omissão, contradição ou obscuridade.

5. Embargos de Declaração rejeitados.”

(STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1784152/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019)

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. NÃO ACOLHIMENTO. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. O acórdão embargado solucionou as questões deduzidas no processo de forma satisfatória, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição, omissão ou erro material com relação a

**ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional, pretendendo a parte, na verdade, a rediscussão do julgado, o que não autoriza a oposição dos embargos.**

2. Não identificado o caráter protelatório dos aclaratórios, não há como acolher o pedido de aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

3. A jurisprudência desta Corte Superior não admite a majoração de honorários de sucumbência por ocasião do julgamento de agravo interno ou embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.”

(STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1395756/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 05/11/2019)

“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

**1. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.**

2. No caso em tela, a embargante visa ao reexame de questões suficientemente analisadas no acórdão, que, de forma incorreta, concluiu pelo descabimento dos embargos de divergência quando a parte indica como julgado paradigma decisão monocrática, haja vista que a decisão embargada foi publicada na vigência do CPC/1973, sendo aplicadas, portanto, as regras previstas neste diploma.

3. Embargos de declaração rejeitados.”

(STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 467.865/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

Na verdade, a parte embargante procura valer-se dos embargos de declaração para o fim de prequestionamento de matéria federal, abrindo-lhe a via do recurso excepcional, não obstante a decisão embargada ser suficiente em si para efeito de sua completa compreensão.

Todavia, não há que se falar em omissão quando o *decisum* julga integralmente a lide, enfrentando as questões e adotando os fundamentos tidos por necessários à solução da *res in iudicio deducta*.

Assim:

**“PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO INSS. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DESCRITOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DIRECIONADA À REDISCUSSÃO DE QUESTÃO JÁ ENFRENTADA E DECIDIDA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão impugnado, bem assim para corrigir-lhe erro material; entretanto, não se verifica, no caso concreto, a existência de quaisquer das mencionadas deficiências, porquanto o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia veiculada no especial apelo.

**2. Não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegados vícios no acórdão embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão ali tomada, buscando, indevidamente, o rejugamento de matéria já decidida.**

3. Embargos de declaração do INSS rejeitados.”

(STJ, EDcl no REsp 1762577/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/10/2019, DJe 12/11/2019)

**“AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.022, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA INSTÂNCIA PRIMEVA. MAJORAÇÃO DA REFERIDA VERBA COM BASE EM IDÊNTICO CRITÉRIO DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.”**



## *Décima Câmara de Direito Privado*



(STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1350684/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2019, DJe 02/12/2019)

Por conta de tais considerações, inexistindo qualquer omissão no acórdão embargado, nega-se provimento aos embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026.

**Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**  
**Desembargador**

